



Número: **1029542-02.2019.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Órgão julgador: **10ª Vara Federal Criminal da SJDF**

Última distribuição : **02/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0033478-91.2015.4.01.3400**

Assuntos: **Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Ministério Público Federal (Procuradoria) (AUTORIDADE)	
GUIDO MANTEGA (REU)	JOSE ROBERTO BATOCHIO (ADVOGADO) LEONARDO VINICIUS BATTOCHIO (ADVOGADO) GUILHERME OCTAVIO BATOCHIO (ADVOGADO) RICARDO LUIZ DE TOLEDO SANTOS FILHO (ADVOGADO)
Delegado Marlon Oliveira Cajado dos Santos (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
217297063 2	21/02/2025 08:22	Decisão	Decisão	Interno



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
10ª Vara Federal Criminal da SJDF

PROCESSO: 1029542-02.2019.4.01.3400
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
POLO ATIVO: Ministério Público Federal (Procuradoria)
POLO PASSIVO: GUIDO MANTEGA

DECISÃO

Tratam os presentes autos de denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra Valmar Fonseca de Menezes, Victor Garcia Sandri, Guido Mantega, José Ricardo da Silva, Albert Rabêlo Limoeiro, Bruno dos Santos Padovan, Dorival Padovan, Paulo Roberto Cortez, Mary Elbe Queiroz, Agenaldo Roberto Sales, Jorge Celso Freire da Silva, Anetilia Freire da Silva, Ivanea Felix Carvalho Freire e Otacílio Dantas Cartaxo, pela suposta prática de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

A presente ação penal encontra-se inserida no contexto da denominada “**Operação Zelotes**”, cujo escopo é o de investigar a prática delitiva em benefício de diversas pessoas jurídicas no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, trazida primeiramente à lume através de denúncia anônima, supostamente elaborada pelo Sr. Carlos Eduardo Michellotti Morgano e enviada à Polícia Federal.

Na petição ID Num 1913183164, os patronos do réu **GUIDO MANTEGA** requereram a extinção de sua punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com base nos artigos 107, inciso IV, 109, inciso IV, e 115, todos do Código Penal.

Alegam, em suma, que o réu foi denunciado como incurso nas penas do artigo 3º, inciso III, da Lei 8.137/90, cuja pena máxima é de 4 anos.

Sustenta que o lapso cronológico prescricional fluiu entre a data do recebimento da denúncia (09/03/2018) e a presente data, eis que mais de 5 (cinco) anos transcorreram nesse interregno. Dessa sorte, acha-se irremediavelmente extinta a punibilidade do Requerente.

O Ministério Público Federal, no Parecer ID Num 2163509411, manifestou-se pelo reconhecimento da prescrição da pretensão acusatória e, conseqüentemente, pela extinção da punibilidade do acusado, nos termos dos artigos 107, inciso IV, 109, inciso IV, e 115 do Código Penal.

É o breve relato. Decido.



Dispõe o artigo 109, inciso IV, da Lei Penal Codificada, que o prazo prescricional da pretensão punitiva relativa ao delito cuja pena privativa de liberdade cominada, no grau máximo, não excede a 4 (quatro) anos consuma-se em 8 (oito) anos. Na presente hipótese, o lapso prescricional deve ser contado pela metade, a teor do disposto no artigo 115 do Estatuto Repressivo, tendo em vista que o requerente conta com mais de 70 (setenta) anos de idade.

De fato, mostra-se evidente a prescrição da pretensão acusatória, pois os fatos configuram, em tese, a prática de crime previsto no artigo 3º, inciso III, da Lei. 8.137/90, cuja pena máxima é de 4 anos.

Nos termos do art. 109, IV, do CP, a perda da pretensão acusatória estatal se dá no prazo de 8 (oito) anos. Ocorre que, ante a idade do investigado, o lapso prescricional deve ser contado pela metade, a teor do disposto no artigo 115 do Estatuto Repressivo

Com efeito, **entre a data do recebimento da denúncia e a presente data já fluiu o interstício além do necessário para a prescrição.**

Ante o exposto, **(1) DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do artigo 107, IV, c/c art. 109, IV, e artigo 115, do Código Penal.

Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Proceda a Secretaria do Juízo às anotações de estilo.

BRASÍLIA - DF, data da assinatura eletrônica.

ANTONIO CLAUDIO MACEDO DA SILVA
Juiz Federal Titular da 10ª Vara

